Todos contra a Cristina

26/10/2013



Da Carta Maior

As comparações políticas entre o Brasil e a Argentina mostram traços comuns: Peron e Getulio, Frondizi e JK, as ditaduras militares, Alfonsin e Sarney, Menem e FHC, Nestor Kirchner e Lula, Cristina e Dilma.

Diante dos governos posneoliberais dos dois países, os traços comuns se reiteram. Oposições sem líder, nem plataforma, dirigidas pela mídia oligárquica.

As eleições deste ano e de 2015 na Argentina, e as eleições de 2014 no Brasil, repetem fenômenos comuns. Todos contra a Dilma, representa a congregação de setores opositores de origens distintos, na oposição às duas presidentas. Direita tradicional, centro e ultra esquerda se associam na empreitada de tentar derrotar os governos.

Nas eleições parlamentares desta semana na Argentina, a configuração partidária assume ares dramáticos. Mesmo como principal partido do pais, a Frente para a Vitoria, de Cristina Kirchner, não conseguirá os 2/3 no Parlamento, para uma consulta popular que pudesse permitir a reforma da Contituição, que pudesse permitir um terceiro mandato para Cristina. Seu partido teve menos de 30% dos vots (26%) nas prévias de agosto, pode aumentar esse percentual, mas não tem alianças com outras forças, para pretender somar votos de forma significativa.

A heterogeneidade do peronismo faz com que, mesmo no bloco governamental, exista setores, especialmente governadores de província, de direita. Alem de um bloco diretamente opositor que também assume o peronismo, o mais serio contendente para Cristina.

A ausência de um nome forte dentro do governo ou próxima a Cristina, fez com que ela reatasse laços com Scioli, o muito moderado governador de Buenos Aires – onde dispõem de grande apoio – como provável candidato à sucessão de Cristina. Scioli foi vice-presidente de Nestor Kirchner, depois se distanciou do governo, com posições bastante moderadas, de centro, incluindo política muito dura de segurança pública.

Ele parecia querer ser um candidato moderado da oposição, mas conforme esse campo foi sendo ocupado – agora por Massa, que congrega o peronismo opositor e eventualmente outras forças contra a Cristina -, mas se dando conta que Cristina não pode aspirar a um terceiro mandato e que o governo fica fragilizado nessas condições, se reaproximou de Cristina, como que oferendo seu nome como candidato. Cristina, por sua vez, isolada – sem partidos com que aliar-se – e com apoio decrescente na opinião publica, se reaproximou de Scioli, que aparece como um candidato que teria possibilidades de que Cristina não fosse frontalmente derrotada. Teria que conviver com um político bastante mais moderado que seu governo, mas no qual poderia

ter gente ligada a ela, não se configurando como uma derrota total.

A oposição encontra em Massa, jovem prefeito da região de Buenos Aires, o candidato de arraigo popular que pode unificá-la. Ele também foi membro do governo, do qual se distanciou a poucos anos por divergências e agora surge como um opositor que afirma que manterá aspectos do governo da Cristina, mas prometendo o que a direita quer ouvir: menos estatismo, sem pressão sobre a mídia oligárquica, combate à inflação, etc., etc.

O governo de Cristina enfrenta problemas – entre eles alta inflação, falta de créditos externos, elevado déficit publico, entre outros – e oposições simultâneas, dos partidos opositores (de direita e de ultra esquerda), dos bancos internacionais e da mídia interna e externa. Terá dois anos até a eleição presidencial, porem com alternativas estreitas como candidatos e como possibilidade de superação dos problemas.

No plano interno, além da direita tradicional, tem oposições do peronismo conservador e da ultra esquerda. Grupos trotskistas, que tiveram que se unir pela legislação eleitoral numa Frente de Esquerda, podem eleger alguns parlamentares, o que não acontecia há muito tempo. Pino Solanas, o diretor de cinema de origem peronista, que chegou a congregar muitas forças de esquerda, de tanto diabolizar os Kirchner, terminou aliando-se a setores de direita para combatê-los, fenômeno similar ao que ocorre na Bolívia e no Equador. Se descaracterizou como alternativa de esquerda, perdeu apoios, mas pode sobreviver politicamente, agora com aliança com políticos de direita, contra os Kirchner.

As diferenças em relação ao Brasil se dão no maior isolamento de Cristina, que não dispõe do arco de alianças que o governo da Dilma tem, assim como em situação economica menor problemática no Brasil – inflação, contas publicas – e no plano do isolamento internacional. Nos últimos anos, tendo origem na inflação, houve um distanciamento da principal central sindical peronista do governo, que terminou levando à ruptura e ao enfraquecimento no apoio popular da Cristina. Um setor dessa central, assim como da central mais à esquerda – ela também dividida – segue apoiando o governo.

A oposição canta loas ao que ambiciona que seja o “fim do ciclo kirchnerista”. Os próximos dois anos vão dizer que futuro espera a Argentina, depois de uma década de recuperação da pior crise econômica, social e politica que o pais já viveu, como consequência da implosão da política da paridade monetária do Menem, que arrebentou no colo do radical Fernando de la Rua. Os governos Kirchner foram os responsáveis pela inquestionável recuperação do país, até que chegam agora a uma situação crítica ou limite, como se verá nas eleições de domingo e nos dois anos seguintes.

Compartilhe nas redes: